

RAIOS DE SÃO FRANCISCO V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

RAIOS DE SÃO FRANCISCO V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	40	115
Pagamentos antecipados	17	17
Total do ativo circulante	<u>57</u>	<u>132</u>
Direito de uso	5	5
Pagamentos antecipados	23	41
Total do realizável a longo prazo	<u>28</u>	<u>46</u>
Imobilizado	1.204	113
Total do ativo não circulante	<u>1.204</u>	<u>113</u>
Total do ativo	<u><u>1.289</u></u>	<u><u>291</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RAIOS DE SÃO FRANCISCO V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivos		
Fornecedores e outras contas pagar	20	-
Impostos a recolher	19	1
Contas a pagar com partes relacionadas	308	2
Arrendamentos - CP	2	2
Total do passivo circulante	349	5
Arrendamentos	-	2
Total do passivo não circulante	-	2
Patrimônio líquido		
Capital social	1.113	343
Reserva de lucros	(173)	(59)
Total do patrimônio líquido	940	284
Total do passivo e patrimônio líquido	1.289	291

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RAIOS DE SÃO FRANCISCO V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações de Resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas	(113)	(59)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(113)	(59)
Receitas financeiras	2	-
Despesas financeiras	(3)	-
Resultado financeiro	(1)	-
Resultado antes dos impostos	(114)	(59)
Prejuízo líquido do exercício	(114)	(59)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RAIOS DE SÃO FRANCISCO V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(114)	(59)
Resultado abrangente total do exercício	<u>(114)</u>	<u>(59)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RAIOS DE SÃO FRANCISCO V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

	Capital social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	343	(59)	284
Resultado do exercício	-	(114)	(114)
Aumento de capital em caixa	770	-	770
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.113	(173)	940

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

RAIOS DE SÃO FRANCISCO V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(114)	(59)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais		
	(114)	(59)
Variações em:		
Pagamentos antecipados	18	(58)
Fornecedores e outras contas pagar	20	-
Contas a pagar com partes relacionadas	306	2
Impostos a recolher	18	1
Outros ativos e passivos	(2)	(1)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	246	(115)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	246	(115)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.091)	(113)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	(1.091)	(113)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	770	333
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	770	333
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(75)	105
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	115	10
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	(75)	105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

1. Contexto Operacional

A Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “Raios V” constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Fazenda São Bernardo, S/N, Anexo Gleba 5, Zona Rural - Luis Correa - PI.

A Companhia tem por atividade fim a geração de energia elétrica, especificamente energia solar.

Considerando que os investimentos necessários são suportados por aportes dos acionistas controladores (já integralmente realizados durante o exercício de 2022), a Companhia concluiu que nesse momento não há risco significativo em relação a sua capacidade de continuar e finalizar as construções e, por consequência, iniciar as operações no prazo previsto.

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações contábeis, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.2. Moeda Funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram

arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

2.3.2. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.5. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

2.5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

2.5.2. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos

capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

2.5.2.1. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2021 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Companhia.

2.5.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

2.5.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

2.5.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

2.5.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

2.5.7. Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo contratual para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.5.8. Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um

ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

2.5.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

2.5.10. Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

2.5.11. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações, por empregados.